

Para compreender a pobreza no Brasil

ORGANIZADORES

Victor Vincent Valla
Eduardo Navarro Stotz
Eveline Bertino Algebaile



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO ARONCA
ENSP

CONTRAPONTO

FOME ZERO

NA INCIDÊNCIA
DE ACÚS NA

SOCIEDADE

PO ESTÃO

EDUCAÇÃO PÚBLICA

POBREZA

organização
da pobreza
solidariedade

REALIZAÇÃO
QUESTÃO SOCIAL

EDUCAR

POBREZA

Globalização, a questão social e a nova pobreza

Victor Vincent Valla

Há um consenso, entre os estudiosos do que se passa no mundo hoje, de que está em andamento um processo de transnacionalização (redes de companhias multinacionais que se localizam em vários países, por exemplo, Coca-Cola e Nestlé) que deverá resultar numa reorganização da economia e da política. A tendência aponta para a possibilidade de que as indústrias e as tecnologias deixem de ser nacionais. A criatividade e a inventividade de cidadãos serão os recursos de cada nação. Os governos de cada país teriam de procurar incentivar um mínimo de coesão entre os vários segmentos da população, pois a alternativa será o acúmulo de riqueza ainda maior entre os “habilidosos” e um declínio ainda maior do padrão de vida para aqueles que não teriam o que oferecer além da sua força de trabalho bruta e não especializada.

As principais multinacionais do chamado Primeiro Mundo (Estados Unidos, Alemanha, Suíça, Japão) desenvolvem políticas agressivas que acabam estimulando uma crescente desindustrialização dos países periféricos (Brasil, Argentina, México), cujos resultados mais aparentes seriam uma queda quantitativa na produção e uma crescente obsolescência tecnológica desses parques

industriais. Dentro deste quadro, aponta-se para uma intensificação da retirada do Estado, não somente da economia, mas também das suas responsabilidades sociais. Nesta perspectiva, poderia ser destacado o gradual declínio do poder do Estado na regulamentação das relações econômicas e dos direitos sociais, significando a redução do uso da carteira de trabalho, a mercantilização dos serviços sociais, a desproteção trabalhista, a privatização de serviços como saúde, educação, fornecimento de água e segurança.

Para compreender o lugar do Brasil dentro do capitalismo global é necessário entender que o capitalismo significa mercado livre e concorrência perfeita.

Dentro da perspectiva das regras do mercado, “mercado livre” significa que as pessoas e seus governos são livres para comprar e vender o que e quando quiserem. A idéia básica é que essa liberdade termina num equilíbrio – compra-se o que os outros vendem e vende-se o que os outros compram – mas dentro do espírito da concorrência perfeita, onde cada pessoa ou governo busca colocar seus recursos da forma mais eficiente, procurando dessa maneira os maiores lucros possíveis, que é o objetivo principal do capitalismo global, no qual os países competem entre si. Mas cabe, nessa discussão, a seguinte pergunta: é possível que todos consigam o máximo de lucros?

Podemos pensar num exemplo simples. Diante das muitas pequenas locadoras de vídeos, numa cidade como o Rio de Janeiro, o que significa a chegada de uma locadora que tem o nome de Blockbuster, que quer dizer literalmente “arrasador de quarteirão”? É claro que a concorrência não é “perfeita”, se a firma Blockbuster chega ao Brasil com tanto dinheiro que permite alugar ou comprar um prédio grande facilmente, consegue comprar muitas

fitas diversificadas e vendê-las por um preço também mais baixo do que os outros, e tem mais capital de fundo que a permite manter os funcionários com bons salários por mais tempo. Os pequenos concorrentes, não tendo o mesmo capital inicial, não agüentam a concorrência e são obrigados a fechar suas firmas, ficando sem renda e, possivelmente, até mesmo entrando numa vida de pobreza, como resultado.

Um outro exemplo de concorrência “perfeita” pode ser dado numa escala maior. Uma das maneiras de o governo norte-americano empregar seus recursos de uma forma mais eficiente, de modo que os produtos norte-americanos tenham posições mais vantajosas no mercado internacional, é contar com estoques grandes de petróleo para alimentar seu parque industrial. Só que seu estoque de petróleo está diminuindo, porque suas fontes são poucas diante de sua necessidade de uso. Para garantir o acesso a mais petróleo, o governo norte-americano lançou mão da Doutrina Bush, que declara que, quando um país não respeita o que o governo norte-americano entende como direitos humanos, este governo pode utilizar sua força para corrigir o que entende como erro. Como o povo do Iraque foi por anos controlado pela ditadura de Saddam Hussein (mesmo às vezes com a colaboração do próprio governo norte-americano), o governo americano, sob o pretexto de defesa da liberdade do povo iraquiano e do combate ao terrorismo, invadiu o Iraque para derrubar a ditadura e, como conseqüência, ganhar acesso e controle do petróleo iraquiano, que representa a segunda maior reserva do mundo e cujo custo de extração é baixíssimo. Assim, busca melhorar as condições dos Estados Unidos de concorrer com os outros países, como o Brasil, que extrai petróleo do fundo do mar a um custo

alto. É importante dizer também que outra razão da guerra contra o Iraque foi o interesse em aumentar a influência norte-americana naquela parte do mundo.

A dívida externa e o ajuste fiscal

Outra marca característica do processo de transnacionalização da economia está na maior capacidade de intervenção que o capital especulativo internacional passa a ter sobre as economias nacionais. O capital especulativo, que é o dinheiro que rende mais dinheiro, não é necessariamente um dinheiro para produzir coisas. É um dinheiro investido em títulos públicos e não na produção. Apenas dinheiro que pode crescer em tamanho.

O deputado federal Jorge Bittar (PT) compara o capital especulativo a uma nuvem que circula e paira sobre o mundo, nos locais que oferecem melhores condições de lucros. Quando passa por cima do Brasil, tende a estacionar por causa dos juros altos que o governo brasileiro oferece. O capital especulativo é frequentemente a soma das poupanças de pessoas nos países ricos, principalmente administradas por fundos de pensões. Por exemplo, aposentados com salários confortáveis, querendo ganhar mais dinheiro, aplicam suas poupanças em títulos rentáveis e com garantias governamentais. Como nos Estados Unidos a taxa de juros é baixíssima (pouco acima de 1% ao ano), os fundos de pensões investem nos títulos dos países de economia dependente, que precisam de recursos para sustentar sua economia e, para atrair capital estrangeiro, elevam a taxa de juros. Este é o caso do Brasil, que em 2003 ofereceu taxas superiores a 20% ao ano (e em maio

de 2005 ainda oferece 19,5%). É assim que o capital especulativo entra no Brasil como capital externo. O governo brasileiro pode transformar esse capital em dinheiro para produção, mas essa transformação é como se fosse um empréstimo que o governo faz. Dessa forma surge o que se chama a dívida externa. Já que a dívida externa é uma dívida que resulta de um empréstimo, tem de ser paga com juros. Ou a dívida é paga com novo empréstimo, ou com o próprio capital que o governo arrecada por meio dos impostos que a população paga.

Para pagar a dívida externa do Brasil é necessário expor a população a muitos sacrifícios. De acordo com o jornal *Brasil de Fato*, até maio de 2003 o governo federal gastou com a dívida pública (interna e externa) quatro vezes mais do que investiu em saúde e nove vezes mais do que enviou à educação. Em habitação não investiu nada.

Mas o corte de gastos sociais e a prioridade dada ao pagamento da dívida não foram o bastante. O governo mal conseguiu pagar os juros e ficou ainda mais endividado. O povo brasileiro arcará com a conta, pois seu dinheiro pago em impostos enriquece os credores da dívida, enquanto as escolas e os hospitais ficam sucateados. De janeiro a maio de 2003, o Brasil pagou US\$ 46 bilhões em juros. A soma dos orçamentos de saúde e educação não chega a US\$ 17 bilhões. Só com o dinheiro do pagamento dos juros da dívida seria possível manter 30 milhões de estudantes universitários a mais e também assentar 3 milhões de famílias sem-terra. A dívida cria um problema sério para o cidadão e obriga o país a pagar amortizações e juros em dólar. O resultado é desemprego e corte de gastos sociais com educação, segurança e saúde.

Dois exemplos ilustram os sacrifícios que são impostos à população por causa da dívida externa. Uma das queixas mais comuns das classes populares pobres é o que se chama de “sofrimento difuso”. Consiste numa variedade de dores do corpo em razão do medo, ansiedade e problemas de “nervos”, conforme termo bastante usado pelas classes populares. Por causa da falta de profissionais nos centros de saúde, a consulta normal de quatro minutos não é tempo suficiente para solucionar a queixa, e a solução final é medicalizar o paciente com o uso de psicofármacos. Com mais verba do governo federal, seria possível contratar mais profissionais e ampliar o espaço e o tempo destinados às consultas nos centros de saúde.

Um outro exemplo trata da paralisação das atividades de centenas de prefeituras, especificamente nos estados mais pobres. De acordo com a *Folha de S. Paulo* (7/9/2003), “os prefeitos reivindicam uma participação de 20% na arrecadação total da União, mas atualmente ficam apenas com 13% do total para completar suas próprias arrecadações locais”. É citado o município de Coração de Maria, na Bahia: “Sem dinheiro em caixa para pagar funcionários e fornecedores, a prefeitura suspendeu todas as atividades, exceto os serviços de limpeza urbana e saúde”. A crise financeira de grande parte dessas prefeituras não pode, certamente, ser explicada apenas pela insuficiência das verbas federais repassadas. Sabemos o quanto a administração pública no Brasil sofre com as abusivas despesas para sustentar a estrutura legislativa e a máquina administrativa, o que é agravado, em inúmeros casos, com as práticas de clientelismo, fisiologismo e corrupção. Sabemos, também, o quanto é comum que o dinheiro público seja empregado em realizações de pouco interesse público, mas

grande interesse eleitoral. Em inúmeros casos, no entanto, as limitações do governo federal no suporte aos municípios – seja por meio do repasse direto de verbas, seja por outras formas de investimento que ajudem a dinamizar a economia nas regiões e áreas mais pobres, favorecendo um aumento nas arrecadações financeiras municipais – acabam realmente concorrendo para que não seja superada a precariedade de atendimento da população em questões essenciais.

Para pagar a dívida externa, é necessário cortar investimentos sociais e de infra-estrutura do governo. Ou seja, já que os investidores externos querem garantir os seus lucros, não interessa quem utiliza o dinheiro emprestado para investimentos sociais, como saneamento básico e aposentadorias. Isso é justamente uma das funções do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que são instituições internacionais que podem até emprestar dólares para o governo brasileiro, mas determinam as regras sobre como o governo pode gastar o dinheiro emprestado. Devemos lembrar que esses empréstimos têm de ser pagos com juros em reais desvalorizados. Para garantir um bom rendimento para quem oferece o dinheiro emprestado, essas duas instituições sofrem severa fiscalização do governo norte-americano. Como se pode ver, pelo que já foi explicado, o governo norte-americano exerce um controle grande sobre muitos países no mundo, por causa de sua força econômica e militar.

Atualmente, o Banco Mundial se propõe a emprestar ao Brasil US\$ 8 bilhões. No período 1987-1997 o governo brasileiro recebeu US\$ 17 bilhões, dos quais já foram pagos, entre juros e amortizações, US\$ 27 bilhões, uma quantia que faz com que o Brasil seja o segundo maior contribuinte ao Banco Mundial, tendo, no entan-

to, uma magra participação nas suas políticas, que são em grande parte determinadas pelos Estados Unidos.

Entre as políticas dessas agências internacionais estão as exigências de que o país devedor realize ajustes na economia capazes de garantir aos credores o pagamento das dívidas e dos juros no ritmo por eles estipulado. As exigências quanto ao superávit primário nos permitem entender o quanto essa relação de empréstimo cria, para o país devedor, uma forte dependência econômica e uma situação de subordinação política. O superávit primário é o resultado da arrecadação total de impostos, taxas e contribuições menos as despesas do governo, excluindo-se desta conta o pagamento dos juros e a correção monetária (a inflação). O superávit nas contas governamentais é chamado de primário exatamente porque exclui aquilo que deve ser pago necessariamente, ou seja, os juros e a correção monetária devidos aos credores das dívidas externa e interna. O governo federal comprometeu-se a manter um superávit de 4,25% do Produto Interno Bruto até 2007, mas, para a vice-diretora do FMI, Anne Kruger, o Brasil terá de adotar taxas mais altas caso a situação internacional venha a se deteriorar.

Os juros pagos sobre os empréstimos ou encargos da dívida, contratados pelo governo anterior e repassados ao novo, representam algo em torno de 6% do Produto Interno Bruto (referente à riqueza gerada na economia formal e informal). Eles geram o chamado déficit nominal do setor público. O problema é que o total de dinheiro emprestado ou montante da dívida tem aumentado e já atinge 56% do PIB. Em 2002, o PIB foi estimado em R\$ 1,321 trilhão. Os encargos da dívida neste valor elevadíssimo teriam de cair para 3% do PIB. Mas, para isso, o superávit fiscal primário teria de ser dobrado, passando de 4% a 8%. Atingir esta meta por aumen-

to de impostos (ou criação de novos) numa situação em que a economia não cresce é muito difícil. Combater a sonegação – que no caso brasileiro representa algo em torno de R\$ 226 bilhões – também não parece ser de fácil execução com os limites de fiscalização, a legislação e a morosidade da Justiça, que protegem os sonegadores. Mais factível em curto prazo é aumentar o superávit por meio do corte de gastos. Quem – pessoas e grupos sociais – será prejudicado com um eventual novo “aperto fiscal”? As classes médias foram até aqui relativamente poupadas. O exame da reforma da Previdência encaminhada pelo governo Lula mostra que uma parte dessas classes – os servidores públicos – terá sua renda bastante diminuída. Para gastar menos, há setores dentro do governo que têm falado inclusive em aumentar a desvinculação das receitas estabelecidas como obrigação constitucional, a exemplo da saúde, da Previdência e da educação.

Isso evidencia que as exigências das agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, não se resumem a regras de pagamento da dívida. Envolve vários aspectos da vida econômica e política do país devedor. Uma exigência, por exemplo, é a de reduzir o que se chama o “custo Brasil”, que significa quanto os patrões desembolsam pela garantia dos direitos dos empregados. Chama atenção, entre essas exigências, uma que propõe a privatização do ensino superior e a abertura indiscriminada de universidades privadas. Pelo Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio, todos os benefícios do sistema público brasileiro devem ser estendidos a todas as instituições, nacionais e estrangeiras, de modo que a livre concorrência se concretize (*Brasil de Fato*, 21 a 27/8/2003). Dessa forma, a educação, que é um direito social, se converte num bem de consumo.

O processo de globalização e a nova pobreza

Podemos nos perguntar como começou todo esse processo de globalização. A origem está no fato de que, apesar de toda a pobreza de uma grande parte da população mundial, os capitalistas e seus governos avaliaram que seus lucros ainda eram pequenos.

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) estimou que, em 2002, quase metade da população latino-americana (220 milhões de pessoas) vivia na pobreza, e que $\frac{1}{5}$ (95 milhões) da mesma população era composto de indigentes (*Folha de S. Paulo*, 26/8/2003, Caderno B, p. B7). Para se ter uma idéia da gravidade da pobreza da população latino-americana, parece importante citar as reclamações de vários governos centro-americanos de que “uma vaca nos Estados Unidos recebe dois dólares por dia, enquanto 75% da população da Nicarágua vivem com menos de dois dólares por dia” (*Brasil de Fato*, nº 31, p. 9). João Pedro Stédile lembra que 44 milhões de brasileiros vivem com menos de um dólar por dia (*Caros Amigos*, nº 79, outubro de 2003, p. 16).

Apesar desse quadro, argumenta-se que uma das razões da diminuição dos lucros estaria nos grandes gastos de todos os governos do mundo para garantir o que se entendia como o necessário básico para suas populações, incluindo o governo dos Estados Unidos e os gastos com sua própria população. O problema da pobreza não seria resolvido pela atuação dos Estados no campo social e no apoio à produção econômica nacional. Ao contrário, cada país deveria se empenhar ao máximo para participar do mercado internacional, pois, de outro modo, seria impossível qualquer crescimento econômico, e o aumento da pobreza seria inevitável. Nessa perspectiva, os Estados nacionais deveriam re-

duzir seu gasto social (diminuindo o investimento em serviços universalizados e direcionando os recursos “disponíveis” para programas assistenciais específicos, destinados apenas aos mais pobres) e, por outro lado, deveriam igualmente reduzir sua “intervenção” na economia, de forma que os acordos comerciais internacionais pudessem ser feitos com mais liberdade, ampliando o mercado e, com isto, reaquecendo a produção e as trocas comerciais, agora num plano cada vez mais mundial.

O real significado dessas medidas, no entanto, é outro. A discussão da proposta da Área Latino-Americana de Livre Comércio (Alca) nos permite entender o que está em jogo. A Alca é a proposta do governo norte-americano para estender o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) a toda a América Latina. O Nafta é um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos, México e Canadá. Um exemplo de como funciona este acordo com o México pode nos ajudar a prever como será a Alca, cujo início no Brasil estava previsto para 2005. No Nafta, uma das regras básicas é que os governos são proibidos de subsidiar a agricultura do seu país. No caso do México, antes do Nafta, o governo mexicano sempre subsidiava o plantio de milho, alimento básico da população mexicana. Já que a população mexicana é muito pobre, nem sempre podia pagar o preço do milho que compensasse os custos do plantio. Como forma de resolver o problema dos camponeses mexicanos, o governo subsidiava suas vendas, comprando a maior parte da plantação e vendendo-a a preços baixos para os pobres. Já que essa política de subsídio do governo mexicano fora proibida pelo Nafta, os camponeses mexicanos não tinham como vender seu milho e não podiam se manter. Podendo vender pouco da sua produção,

foram obrigados a vender suas terras, e 1 milhão de famílias migraram para a capital, a Cidade do México, que já está saturada e é uma das maiores cidades do mundo em termos de população. Com este exemplo é possível perceber como os interesses norte-americanos, pela proposta do Nafta, acabam obrigando milhões de mexicanos a continuar a vida em condições cada vez maiores de pobreza.

O fim desta história triste é que as terras deixadas pelos camponeses foram compradas por norte-americanos a preços baixos e nelas foi desenvolvido o cultivo de hortaliças com agricultura mecanizada, uma forma de utilizar os recursos da maneira mais eficiente, em terra barata e com pouca mão-de-obra. As hortaliças são exportadas a preços baixos para consumidores nos Estados Unidos, garantindo, dessa forma, um custo de vida mais econômico para a população americana, com a pobreza de milhões de mexicanos. Este é um bom exemplo do processo de globalização. Antes, os agricultores mexicanos, mesmo pobres, tinham como manter seu padrão de vida, ainda que fosse baixo, recebendo do governo mexicano um dinheiro que compensava os gastos com o plantio do milho. Depois do Nafta, os governos seriam proibidos de comprar, isto é, subsidiar a produção agrícola nacional, garantindo a “concorrência perfeita” e um mercado “livre” para todos os países envolvidos, o que, no caso dos países menos estruturados economicamente, como o México, acaba concorrendo para intensificar a pobreza que já existia e para o surgimento de novas formas de pobreza.

Já se sabe hoje que muita coisa que o Nafta propôs foi vista como contrária às constituições dos países que fazem parte do acordo (EUA, México e Canadá). No Canadá, por exemplo, a

Suprema Corte aceitou uma denúncia do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, porque este sindicato defende o direito de qualquer Estado (neste caso, o canadense) oferecer serviços básicos como, por exemplo, o de correios. Isso porque a United Parcel Services (UPS), uma transportadora norte-americana, propõe disputar o serviço de correios com qualquer governo, seja canadense, mexicano ou brasileiro. O argumento do governo norte-americano é que essa empresa (UPS) tem o direito de entrar e atuar em outros países dentro do princípio do mercado livre. Dentro do princípio do Nafta e mais tarde da Alca, se o governo brasileiro não concordar, pode ser processado e pagar indenizações pelos “prejuízos sofridos” pela UPS. A idéia central é que todos os serviços básicos oferecidos pelos outros governos das Américas, como por exemplo luz ou água, podem ser disputados por firmas particulares dos Estados Unidos (como foi visto acima no caso do ensino superior). É possível perceber a ameaça que esta idéia pode causar aos empregos de muitos trabalhadores.

Quais são as previsões para o Brasil na Alca? Sabe-se, por exemplo, que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de suco de laranja do mundo. A produção brasileira é tão grande que, sozinha, pode abastecer todo o mercado norte-americano, cuja população é de mais de 250 milhões de habitantes. Neste ponto, podia se pensar na idéia de mercado livre que tende ao equilíbrio, com cada país vendendo o que tem de melhor. O Brasil com suco de laranja e soja, os Estados Unidos com automóveis, aviões e com uma liderança em muitos outros ramos. Mas não é assim que a Alca funcionaria. Apesar do seu alto nível de vida, o governo norte-americano defende seus produtores de suco de laranja, principalmente no estado da Flórida. As exportações brasileiras de suco de laranja são

vistas como importações inoportunas e ameaçadoras à indústria norte-americana de suco de laranja. Assim, a intenção do governo norte-americano é dificultar a entrada do suco brasileiro, cobrando taxas altas, dessa forma subsidiando a agricultura norte-americana (neste caso pode-se ver que as regras não se aplicam a todos os países), afetando os ganhos da indústria brasileira de suco de laranja, fazendo com que trabalhadores brasileiros sejam demitidos das indústrias e colocando-os no exército de pobres, já que suas qualificações para outros empregos não devem ser abundantes. Percebe-se, com este exemplo, o quanto a reestruturação da economia, num plano mundial, está vinculada à intensificação e ao surgimento de novas formas de desemprego.

Outra maneira de entender o desemprego no mundo de hoje se dá por meio da análise das mudanças vinculadas ao uso de novas tecnologias nas mais diversas atividades. O caso das mudanças ocasionadas pelo uso da informática (computadores) na indústria ou no setor de serviços ajuda a entender a relação entre modernização tecnológica e desemprego. No caso da indústria, uma das formas de baratear os custos de produção e exportação se dá com o uso intensivo da informática em vários momentos do processo de produção de um produto, o que se tornou possível a partir do que alguns chamam de “terceira revolução industrial”, que é essencialmente uma revolução digital. Com a informatização das máquinas, é possível produzir um maior número de produtos em menor tempo, com maior controle da produção e maior possibilidade de diversificação das mercadorias. Só que isso pode significar a demissão de mais trabalhadores e o aumento do desemprego estrutural, uma forma de desemprego na qual a demissão implica a eliminação da vaga de trabalho que estava ocupada

antes da demissão. Não é uma questão de substituir o demitido, pois a vaga deixada aberta passa a não existir.

O impacto do desemprego estrutural na vida do trabalhador pode ser exemplificado com o caso dos bancos: conforme o uso de computadores mais modernos vai substituindo o homem, os demitidos encontram cada vez menos oportunidades de trabalho naquela mesma área ou setor. Muitas vezes é preciso que o trabalhador demitido procure uma requalificação profissional para que, a partir do domínio de novas habilidades, possa conseguir um novo emprego. No caso das funções menos qualificadas, a situação pode se tornar mais grave: se um trabalhador não qualificado de banco, como, por exemplo, alguém que entregue correspondência, uma vez demitido, tiver de aprender informática para poder disputar os novos empregos que exigem esse conhecimento, estará em desvantagem na disputa, pois certamente enfrentará dificuldades de tempo e dinheiro para obter um conhecimento que, na verdade, deveria ser fornecido pelas escolas públicas de ensino médio, o que não ocorre, principalmente nas escolas públicas das áreas mais pobres. As capacidades de inovação e criatividade, apresentadas, atualmente, como qualidades essenciais ao trabalhador moderno, dependem do grau de escolarização do demitido. Por isso as pessoas com mais escolarização que perdem seus empregos, como gerentes, supervisores e secretárias, têm, em princípio, mais chance de conseguir outro emprego. Aos menos qualificados, cada vez mais a única saída é o trabalho informal (sem carteira assinada). Com isso se pode concluir que a pobreza dificulta a própria superação da existência do pobre.

Anos atrás o autor deste capítulo ouviu um relato de um morador de favela no Rio de Janeiro sobre o assunto. O morador era

um operário de uma fábrica de ventiladores e ferros elétricos e contou que sua função era colocar uma peça, por exemplo, a base de um ferro, num recipiente no qual ela era coberta de cromo. A peça ficava nesse recipiente por uns dez minutos, enquanto o operário esperava, por exemplo, tomando um copo de leite, que o protegia do contato com os produtos químicos empregados no processo. Depois de uma viagem, o patrão voltou com uma nova tecnologia: durante o mesmo período de dez minutos, era possível para o operário colocar não mais uma, mas vinte peças para serem cromadas. Só que enquanto a produção aumentava vinte vezes, o salário do operário ficava no mesmo, com seu trabalho aumentando e se intensificando. O que o operário e o autor deste capítulo não percebiam na época era o seguinte: se o patrão tivesse tido a vontade de aumentar a produção antes da introdução da nova tecnologia, teria de ter contratado mais vinte operários e se, de fato, tivesse contratado mais vinte operários, com a introdução da nova tecnologia, teria de dispensá-los e fechar vinte vagas.

Esta história nos ajuda a entender o que significa uma vaga, pois uma vez dispensados os vinte operários, desapareceriam as vagas que não precisam ser preenchidas como antigamente: esta é a lógica do desemprego estrutural. Provavelmente o patrão não aumentou o salário do operário que relatou o caso da introdução da nova tecnologia na fábrica para compensar os gastos feitos na compra dessa tecnologia nova.

Outro fator que interfere no problema do desemprego são as variações das taxas de juros, pois os empresários, muitas vezes, só contratam mais pessoas se conseguem empréstimos, e a possibilidade de pagar os empréstimos depende da taxa de juros sobre o valor que foi emprestado. A redução dos juros terá efeito sobre a

distribuição de renda, pois, com juros mais baixos, é possível oferecer mais empregos.

O aumento do desemprego nos países periféricos, como o Brasil, está vinculado a esses diversos processos associados à globalização, de forma que, às parcelas da população historicamente marginalizadas econômica e socialmente, soma-se um novo contingente de trabalhadores empobrecidos, em situação de grande vulnerabilidade social, já que a perda do emprego está representando, para muitos, a necessidade de aceitação de relações de trabalho instáveis.

É por isso que uma das principais características do empobrecimento nesse contexto de crise do capitalismo diz respeito ao que tem sido chamado de precarização das relações de trabalho. Chamamos de precarização das relações de trabalho um conjunto de aspectos que reduzem as condições de seguridade vinculadas ao trabalho formal. Nas relações de trabalho regidas pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) ou por regime próprio do funcionalismo público, o trabalhador tem assegurados direitos que garantem certas condições de organização e planejamento da vida: jornada fixa de trabalho (oito horas diárias e quarenta semanais), descanso semanal remunerado, férias anuais, 13º salário, vale transporte, licença médica, maternidade e paternidade, aposentadoria, entre outros. As relações de trabalho chamadas de precárias são aquelas que se caracterizam pela falta dessas garantias. É o que acontece no caso do trabalho informal (trabalho sem contrato algum), do trabalho regulado por contratos parciais e temporários (contrato por tarefa, por tempo de serviço, “estágios” etc.), do trabalho autônomo sem capital próprio ou nas formas de trabalho familiar não remunerado, que têm crescido fortemente

no contexto contemporâneo. As pessoas submetidas a essas formas de trabalho tornam-se mais vulneráveis socialmente porque seu ritmo de trabalho tende a ser mais intenso, seu descanso, menos regular e qualquer acontecimento que impeça a pessoa de trabalhar implica a suspensão imediata de sua renda. A sobrecarga de trabalho, numa situação de instabilidade permanente e de impossibilidade de previsibilidade e organização da vida em projetos de médio e longo prazos, torna frágil a saúde do trabalhador e as suas condições morais no controle da própria vida.

A participação do Estado na nova instabilidade social

Que outras modificações ocorrem num país como o Brasil por causa do processo de globalização? Anteriormente, os governos federal, estaduais e municipais tinham responsabilidade direta sobre os serviços básicos públicos (água, luz, saúde, educação) que, ao menos em tese, deveriam com o tempo ser estendidos à totalidade da população. Estes serviços eram custeados com os impostos e taxas pagos por essa mesma população, mas, com o tempo, esses recursos tornaram-se insuficientes para custear as obras que os governos julgavam necessárias ao crescimento econômico, como algumas fábricas, estradas, pontes e usinas. Daí o endividamento público (interno e externo), que foi a forma encontrada para o custeio dessas obras.

No contexto da globalização, com o aumento da instabilidade social e, portanto, da demanda por serviços públicos que assegurem condições de vida dignas a todos, uma das principais propostas tem caminhado exatamente no sentido contrário: a fim de

que o pagamento da dívida seja assegurado, no ritmo e nas proporções que interessam aos credores, propõe-se que grupos privados assumam os serviços básicos e, como resultado, que a esfera do Estado seja reduzida (Estado mínimo), fazendo com que a relação entre o pagamento dos impostos e a qualidade dos serviços deixe de ser direta. Num país como o Brasil, que nunca teve serviços de qualidade acessíveis a todos, os resultados dessa política são gravíssimos. Há escolas superiores públicas excelentes, como algumas universidades federais, e há também hospitais públicos de excelente qualidade. Mas as possibilidades de se aumentar a quantidade de instituições públicas excelentes, que é essencialmente uma questão de recursos públicos, fica cada vez mais distante. Instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que fornecem novos empréstimos para que as dívidas contraídas sejam pagas conforme as exigências dos credores, criam restrições cada vez maiores aos investimentos em expansão e à universalização de serviços públicos de qualidade, como no caso das restrições do FMI ao investimento governamental no ensino superior público e ao investimento federal em saneamento básico nos municípios (*Folha de S. Paulo*, 2/9/2003, B-4).

Diante de todos os problemas criados para a população brasileira – desemprego estrutural, condições de vida precária –, as recomendações do Banco Mundial e do FMI têm como pressuposto, na verdade, a idéia de que as pessoas e suas comunidades devem ser “criativas” e “se virar” para compensar os problemas criados por essa lógica de individualismo e lucro que prejudica os mais fracos e vulneráveis. Nas palavras de Soares, no seu livro *O desastre social* (Record, 2003, p. 27): “A questão social passa a ser objeto de ações filantrópicas e de benemerência, deixando de ser respon-

sabilidade do Estado”. As redes de proteção social devem ser comunitárias e locais, onde os pobres passariam a resolver seus próprios problemas por si mesmos ou, como dizem os norte-americanos, “levantar-se pelas alças das suas próprias botas”.